

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 9ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

Pelo presente instrumento, de um lado

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**, sociedade de economia mista com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho nº 300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora");

e, de outro lado,

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.** instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de debenturistas (os "Debenturistas") adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário"),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de setembro de 2008 (a "RCA").

1.2. A Emissão, conforme definida a seguir, será realizada no âmbito do 2º programa de distribuição pública de valores mobiliários da Emissora ("2º Programa de Distribuição"), o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos contados da data do seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e valor de até R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais). O 2º Programa de Distribuição será arquivado na CVM nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400/03").



## CLÁUSULA II - REQUISITOS

A 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública pela Emissora (respectivamente a "Emissão" e as "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), da Instrução CVM nº 400/03 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### 2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas de Reuniões do Conselho de Administração

A Reunião do Conselho de Administração de 29 de setembro de 2008, que deliberou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Emissora, da espécie quirografária, para distribuição pública no âmbito do 2º Programa de Distribuição, foi encaminhada para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 29 de setembro de 2008 e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, no dia 30 de setembro de 2008. A Remuneração a ser fixada em Procedimento de *Bookbuilding*, o número de Debêntures e o Montante da Emissão serão ratificadas em Reunião do Conselho de Administração a ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, posteriormente, antes da concessão do Registro da Oferta, perante a CVM, conforme o item 3.4.3 abaixo desta Escritura de Emissão (em conjunto as "RCAs")

### 2.3. Inscrição da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Estado de São Paulo

Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 23 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 1º de janeiro de 2008, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos

é Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 5023012 ("Código ANBID").

## 2.5. Registro para Colocação e Negociação

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT -- Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. -- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND -- Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. -- BVSP ("BOVESPA"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");

## CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, o objeto social da Emissora compreende a prestação de serviços de saneamento básico com vistas à sua universalização no Estado de São Paulo, sem prejuízo da sustentabilidade financeira no longo prazo, compreendendo as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de outras que lhes sejam correlatas, inclusive o planejamento, operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, para si ou para terceiros e comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrerem de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades, podendo ainda atuar subsidiariamente em qualquer parte do território nacional ou no exterior na prestação dos mesmos serviços. Para consecução do objeto social, a companhia poderá constituir subsidiárias integrais, participar de fundos de investimento e associar-se, por qualquer forma, com outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive mediante formação de consórcio ou subscrição de parcela minoritária ou majoritária do capital social.

### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a 9ª Emissão de Debêntures da Emissora, sendo a 1ª Emissão no âmbito do 2º Programa de Distribuição.

### 3.3. Valor Total da Emissão

✓  
@  
[assinatura]

4  
[assinatura]  
[assinatura]  
[selo circular: CONSULTORIA JURIDICA CA. JORDO PLANVER]

3.3.1. O valor total da Emissão é de até R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sendo passível de aumento nos termos da Cláusula 3.6 a seguir.

#### 3.4. Número de Séries e Remuneração

3.4.1. A Emissão será realizada em duas séries.

3.4.2. A remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos na Cláusula 4.2, abaixo, bem como o número de Debêntures por série, serão definidos em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores, conforme definido no item 3.5.4 abaixo, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de Bookbuilding").

3.4.3. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará a remuneração e o número de Debêntures de cada uma das séries da Emissão, cuja ata da reunião será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

#### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de liquidação para a totalidade das Debêntures (exceto com relação às Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais), com a intermediação do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("HSBC"), Banco Citibank S.A. ("Citibank"), BB Banco de Investimento S.A. ("BB-BI") e Caixa Econômica Federal ("CAIXA") e, em conjunto com o HSBC, o Citibank e o BB-BI, "Coordenadores". Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo investidores institucionais e/ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores não qualificados, fundos de investimentos, pessoas físicas ou jurídicas, clientes ou não dos Coordenadores, conforme definidas no contrato de distribuição celebrado pela Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). As Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços pelos Coordenadores.

3.5.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o arquivamento do Programa de Distribuição e do registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início ("Anúncio de Início") e a disponibilização para os investidores do Prospecto Definitivo e Suplemento

Definitivo (“Prospecto Definitivo” e “Suplemento Definitivo”, respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

3.5.3. As Debêntures serão colocadas em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Distribuição”).

3.5.4. Será adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos para a definição da quantidade de Debêntures da 1ª e da 2ª Séries e das respectivas taxas de Remuneração.

### 3.6. Opção de Lote Suplementar e de Lote Adicional

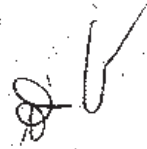

3.6.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e observado o limite estabelecido pelo Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas nos termos desta Escritura em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 400/03 (a “Opção de Lote Adicional”).

3.6.2. Sem prejuízo do disposto acima, para atender a um eventual excesso na demanda pelas Debêntures, a Emissora poderá outorgar aos Coordenadores, observado o limite estabelecido pelo Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem emitidas nos termos desta Escritura em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, respeitadas as mesmas condições e preço das Debêntures originalmente ofertadas e observado o Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03 (a “Opção de Lote Suplementar”).

3.6.3. Caso venham a ser emitidas Debêntures relativas ao Lote Suplementar e/ou ao Lote Adicional de qualquer das séries, as mesmas serão colocadas em regime de melhores esforços.

### 3.7. Limite da Emissão

3.7.1. A Emissão (incluindo eventual exercício da Opção de Lote Suplementar e/ou do Lote Adicional de que trata a Cláusula 3.6 acima) atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, em 30 de junho de 2008 (conforme definida no 4.1.1 abaixo) era de R\$6.203.688.565,23 (seis bilhões, duzentos e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos) e o valor total da Emissão, acrescido do montante correspondente a debêntures de outras emissões da Emissora em circulação

Q 4 6



em 30 de junho de 2008, era de aproximadamente R\$1.945.657.601,45 (um milhão, novecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e um reais e quarenta e cinco centavos).

### 3.8. Banco Mandatário e Escriturador

3.8.1. O banco mandatário e escriturador da Emissão será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário").

### 3.9. Destinação dos Recursos

3.9.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados à liquidação da 1ª Série da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações da Emissora, que têm vencimento em 1º de março de 2009, além da liquidação de compromissos financeiros no período de novembro de 2008 a janeiro de 2009.

## CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 15 de outubro de 2008 (a "Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de outubro de 2013. As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de outubro de 2015. Nas respectivas Datas de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo Saldo de seu Valor Nominal Unitário (conforme definido em 4.2.5. desta Escritura), acrescido da remuneração de que trata a Cláusula 4.2. abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").



4.1.6. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas até 300.000 (trezentas mil) Debêntures, sendo que a quantidade mínima de Debêntures da Emissão será de 220.000 (duzentas e vinte mil) Debêntures, totalizando R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão. A Emissão será realizada em duas séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado a cada série será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*.

## 4.2. Remuneração

4.2.1. **Remuneração das Debêntures da 1ª Série.** A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração (a "Remuneração da 1ª Série") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (a "Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI"), incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.4.1, de acordo com a fórmula abaixo.

As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.4.1.

O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J	valor da Remuneração da 1ª Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorDI	produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusiva, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

- $n$  número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;  
 $\text{TDI}_k$  Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- $k$  1, 2, ..., n;  
 $\text{DI}_k$  Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;  
 $\text{FatorSpread}$  Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

- $\text{spread}$   $\text{spread}$  ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;  
 $\text{DP}$  É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + \text{TDI}_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + \text{TDI}_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 1ª Série.

*Ausência de Divulgação:* No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Atualização da 1ª Série a ser aplicado.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente e o Acréscimo sobre a Taxa DI definido na Cláusula 4.2.1.

4.2.2. *Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série.* O Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

("Atualização da 2ª Série"), sendo o produto da Atualização da 2ª Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = valor nominal unitário atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;  
VNe = valor nominal unitário da emissão ou saldo do valor nominal unitário da debênture, informado / calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;  
C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na atualização das Debêntures da 2ª Série, sendo n um número inteiro;  
 $NI_k$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 2ª Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;  
 $NI_{k-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";  
dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da 2ª Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;  
dut = número de dias úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, sendo "dut" um número inteiro.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor.

Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos.

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado pro rata temporis por dias úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da 2ª Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração da 2ª Série a ser aplicado.

Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização das Debêntures da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização e Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas, será utilizada a última variação disponível do IPCA.

Os fatores resultantes das expressões  $[NI(k) / NI(k-1)]$  são considerados com 8 casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

- 4.2.3. *Remuneração das Debêntures da 2ª Série.* A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série da presente Emissão farão jus a juros remuneratórios (a "Remuneração da 2ª Série"), na forma descrita a seguir:

As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração que inclui a atualização do valor nominal unitário a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e juros

remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 3,0% (três inteiros por cento) ao ano, acima da média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, para as Notas do Tesouro Nacional, série B ("NTN-B"), com vencimentos em 15 de agosto de 2012 e 15 de maio de 2015, no dia útil imediatamente anterior à realização do Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, atualizado conforme a Clausula 4.2.2. acima, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Clausula 4.2.4.2, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

- J valor dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left[ \left( \frac{100}{100 - Taxa} \right)^{\frac{n}{DT}} \right]$$

onde:

- taxa taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
- n é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
- DT é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;
- DP é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.4. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização":

4.2.4.1. Para as Debêntures da 1ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração da 1ª Série, exclusive.

4.2.4.2. Para as Debêntures da 2ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da respectiva Remuneração, exclusive.

4.2.5. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário":

4.2.5.1. Para as Debêntures da 1ª Série, como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações.

4.2.5.2. Para as Debêntures da 2ª Série, como o Valor Nominal Unitário remanescente após atualização monetária a cada período de amortização.

#### 4.3. Amortização

4.3.1. A amortização das Debêntures da 1ª Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2011 e a última com vencimento em 15 de outubro de 2013, conforme tabela a seguir:

Data da Amortização	Definição da fração do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
15 de outubro de 2011	33,00%
15 de outubro de 2012	33,00%
15 de outubro de 2013	Saldo do Valor Nominal Unitário

- 4.3.2. A amortização das Debêntures da 2ª Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2013, a segunda com vencimento em 15 de outubro de 2014 e a última com vencimento em 15 de outubro de 2015, conforme tabela a seguir:

Data da Amortização	Definição da fração do Valor Nominal Unitário, Atualizado Monetariamente, a ser Amortizado
15 de outubro de 2013	33,00%
15 de outubro de 2014	33,00%
15 de outubro de 2015	Saldo do Valor Nominal Unitário

#### 4.4. Pagamento da Remuneração

- 4.4.1. O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2009 e o último pagamento em 15 de outubro de 2013, na data de vencimento das Debêntures da 1ª Série.
- 4.4.2. O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, no mês de outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2009 e o último pagamento em 15 de outubro de 2015, na data de vencimento das Debêntures da 2ª Série.

#### 4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

#### 4.6. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.7. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

#### 4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.9. Forma de Subscrição e Integralização

A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional;

#### 4.10. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, se for o caso, e acrescido da Remuneração, e da Atualização se for o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.

#### 4.11. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.12. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet (<http://www.sabesp.com.br>), exceção feita ao anúncio de início de Distribuição de Debêntures, ao aviso ao mercado da Oferta e o anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que serão publicados no jornal Valor Econômico, edição nacional, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, edição nacional. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na internet, no endereço acima referido.

#### **4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o “Relatório de Posição de Ativos”, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

#### **4.14. Liquidez e Estabilização**

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### **4.15. Imunidade de Debenturistas**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

### **CLÁUSULA V - ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA**

**5.1.** Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

### **CLÁUSULA VI – OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

## 6.1. Oferta de Resgate Antecipado

6.1.1. A Emissora poderá, até o 24º mês, exclusive, após a Data de Emissão, a seu exclusivo critério, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas de cada uma das Séries, conforme o caso, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas de cada série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas em relação aos demais detentores de Debêntures da mesma série ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado da Série de Debêntures em questão por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever separadamente os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado da Série de Debêntures em questão, incluindo: (i) se o resgate abrangerá a totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso deverá estar descrito no aviso aos Debenturistas a ser publicado divulgando a Oferta de Resgate Antecipado e seus termos, o procedimento para resgate parcial; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (iv) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas, caso aconteça o resgate parcial citado, o mesmo deverá ser realizado (i) para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade, ou (ii) conforme os procedimentos adotados pela CBLC, ou ainda, (iii) por meio da Instituição Depositária, no caso do Debenturista não estar vinculado à CETIP ou à CBLC;
- (ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) a Emissora, poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por percentual mínimo de Debenturistas de cada série, a ser por ela

definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tais percentuais deverão estar estipulados no Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e

- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, devidamente atualizado, se for o caso, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas de da série em questão, a exclusivo critério da Emissora; e
- (v) As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

## 6.2. Resgate Antecipado Facultativo

6.2.1 A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, a partir do 24º mês, inclusive, após a Data de Emissão, e ao final de cada Período de Capitalização, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, através da publicação de comunicação a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura (“Comunicação de Resgate”).

6.2.2 Na Comunicação de Resgate deverá constar (i) a Data do Resgate, (ii) se o resgate antecipado será total ou parcial, (iii) valor correspondente ao pagamento do Saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; (b) da Atualização, se houver e (c) do prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com a Cláusula 6.2.3 abaixo.

6.2.3. Os Prêmios de Reembolso a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo serão calculados de acordo com os seguintes percentuais, em função do período de realização do Resgate Antecipado Facultativo:

Resgate a partir de	PRÊMIO DA 1ª SÉRIE
24º mês	1,00%
30º mês	0,90%
36º mês	0,80%
42º mês	0,70%
48º mês	0,60%

54º mês	0,50%
---------	-------

Resgate a partir de	Prêmio da 2ª Série
24º mês	1,50%
36º mês	1,30%
48º mês	1,10%
60º mês	0,90%
72º mês	0,70%

### 6.3. Aquisição Facultativa

- 6.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, só e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

## CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO

- 7.1. São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures desta Emissão e, sujeito ao disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, da imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado, acrescido da Remuneração e encargos, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora;
- (b) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- (c) extinção ou dissolução da Emissora;
- (d) não pagamento das parcelas de Remuneração e/ou Amortização devidas às Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- (e) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;

- (f) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
- (g) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s) do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora;
- (h) fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("Reorganização") que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo, exceto na hipótese da Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora e/ou de sua sucessora, não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização; (iii) a Emissora não violará os índices financeiros estabelecidos na Cláusula 7.1.(n) abaixo e (iv) a receita operacional líquida da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora e/ou de sua sucessora, conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); ficando ajustado que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iv) desta Cláusula são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas aqui prevista;
- (i) protesto legítimo de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$50.000.000,00

(cinquenta milhões de reais), corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir da Data de Emissão das Debêntures; salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) de sua ocorrência;

- (j) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (k) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir da Data de Emissão das Debêntures, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão;
- (l) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora;
- (m) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- (n) observar e manter os seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 31 de dezembro de 2008, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Emissora: (1) Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Emissora; (2) EBITDA / Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5, sendo o EBITDA, em relação aos 12 (doze) meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (iii) das despesas financeiras

deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas). A falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por no mínimo 02 (dois) trimestres consecutivos, ou ainda por 02 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses, não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 (trinta) dias acima mencionado.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (e) da Cláusula 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, ficando o vencimento condicionado à entrega pelo Agente Fiduciário de notificação à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

7.3. Quando da ocorrência dos eventos indicados nos subitens (f) a (n) da Cláusula 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.3.1 abaixo. A Assembléia Geral de Debenturistas prevista nesta Cláusula poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma da Cláusula 10.1. abaixo.

7.3.1. A Assembléia Geral de Debenturistas de que trata esta Cláusula 7.3. poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme definidas na Cláusula 10.2.2, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

7.3.2. Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 7.3. por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 7.1 acima.

## CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (a) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
  - (b) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre;
  - (c) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos;
  - (d) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário; e
  - (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VII - Vencimento Antecipado acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
- (ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar, nos termos da Cláusula 10.1 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (vii) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993;

- (viii) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (ix) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (x) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de saneamento básico;
- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura;
- (xii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.9 acima;
- (xiii) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xiv) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xvi) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (xvii) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas

de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e/ou BOVESPAEIX);

- (xviii) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agências de *rating* que divulguem relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures;
- (xix) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.9 acima;
- (xx) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

## CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### 9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

- e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983;
- h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- j) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.7 da presente Escritura.

### 9.3. Substituição

- 9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

- 9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983; e eventuais normas posteriores.
- 9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo.
- 9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.
- 9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### 9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o

inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

l.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

l.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1(n) e quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens 7.1 (f), (g) e (k);

l.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

l.8) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.

m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da Emissora;

m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3) na CVM;

m.4) na BOVESPA e na CETIP; e

m.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.

n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12., anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m";

- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CBLCE e à CETIP;
- p) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - r.1) à CVM; e
  - r.2) à BOVESPA, CBLCE e à CETIP;
- s) acompanhar trimestralmente a manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1(n) e a ocorrência dos eventos previstos nos itens 7.1 (g), (h) e (l) e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e
- t) Encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) de riscos das Debêntures objeto da atualização, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de seu recebimento.

## 9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

- c) requerer a falência da Emissora; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. Observado o disposto na Cláusula 7.2., o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1., convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, está assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1.

#### 9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas trimestrais de R\$4.964,28 (quatro mil, novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos), a serem pagas durante o prazo de 84 (oitenta e quatro meses), contatos a partir do 5º (quinto) dia útil após a concessão do registro da Emissão pela CVM. Os pagamentos serão devidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre de prestação de serviços.
- (b) A remuneração prevista no item "a" acima compreende os custos diretos e indiretos, bem como, os encargos, benefícios, despesas indiretas e demais despesas, a qualquer título;
- (c) As parcelas referidas acima serão atualizadas de acordo com a variação do Índice de Preços do Consumidor – IPC, divulgado pela FIPE, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, anualmente a partir da data de assinatura da presente Escritura.
- (d) Sem prejuízo do disposto no item "b" acima, a Emissora reembolsará o Agente Fiduciário, até o limite de R\$21.000,00 (vinte e um mil reais), durante todo o prazo de vigência da Emissão, referente as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, desde que estas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora, conforme estipulado na cláusula 9.7 abaixo;
- (e) A remuneração prevista na alínea "a" será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

9.6.2 Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

#### 9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da cominção dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas

informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

## CLÁUSULA X - ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

A Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

### 10.1. Convocação

- 10.1.1. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2, ou pela CVM.
- 10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.
- 10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembléia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

### 10.2. Quorum de Instalação

- 10.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas

previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

### 10.3. Mesa Diretora

A presidência da assembleia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou aquele que for designado pela CVM.

### 10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série, e de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

10.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.4.1 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, (a) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.1 acima; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da espécie das Debêntures; (d) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo.

10.4.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.4 deverão ser aprovadas, seja em

primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

#### 10.5. Matérias de Interesse Específico

O Agente Fiduciário, a Emissora, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação de uma determinada série poderão convocar separadamente uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série. Nessa hipótese, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série.

As matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

### CLÁUSULA XI – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007 as Informações Trimestrais datadas de 30 de junho de 2007 e 2008 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- (f) os prospectos preliminar e definitivo do Programa (em conjunto doravante denominados "Prospecto"), bem como os suplementos preliminar e definitivo de distribuição das Debêntures (em conjunto doravante denominados "Suplemento") conterão, na data de início da distribuição das Debêntures, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto e/ou no Suplemento em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (g) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto e/ou no Suplemento em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (h) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto e/ou no Suplemento cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (i) a celebração desta Escritura, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (j) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas observado que, algumas das licenças e autorizações ambientais ainda estão em processo de obtenção pela Emissora, que já tomou todas as providências necessárias a sua consecução, exceto (i) no que se referir a licenças cuja não manutenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; ou (ii) conforme descrito no Prospecto;

- (k) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (l) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;
- (m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (o) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

## CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

### 12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP  
Rua Costa Carvalho, nº 300 - São Paulo, SP  
At.: Sr. Rui de Brito Álvares Affonso  
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores  
Telefone: (11) 3388-8247  
Fac-símile: (11) 3815-4465

**Para o Agente Fiduciário:**

Planner Corretora de Valores S.A.  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 – 10º andar  
São Paulo – SP – 04538-132  
At.: Sra. Viviane Rodrigues  
Tel: (11) 2172-2628  
Fax: (11) 3078-7264  
E-mail: fiduciário@plannercorretora.com.br

**Para o Banco Mandatário:**

Banco Itaú S.A.  
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 Torre Itáúsa  
São Paulo - SP  
CEP: 04.344-902  
Telefone: (11) 5029-1317  
Fax: (11) 5029-1917

**Para a CETIP**

Rua Líbero Badaró, 425/24º andar  
São Paulo, SP - CEP 01009-000  
Tel.: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564

**Para a CBLC**

Rua XV de Novembro, 275.  
São Paulo - SP  
CEP 01013-001  
Tel.: (11) 3233-2178 / 2261

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

**12.2. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**12.3. Custos de Registro**

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

**12.4. Lei Aplicável**


Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### 12.5. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 29 de setembro de 2008



40



COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO -  
SABESP

Nome: **Gesner Oliveira**  
Cargo: **Presidente**

Nome: **Rui de Brito Ayres Afonso**  
Cargo: **Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores**

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Nome: **Viviane A. R. dos Santos**  
Cargo: **Procuradora**

Nome: **Flávio D. Aguetoni**  
Cargo: **Procurador**

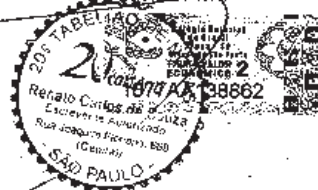
Testemunhas:

Nome: **Tatiana G.S.P. Fernandes**  
CPF: **172.053.138-58**

Nome: **Euclydes Denis Gonçalves da Silva**  
CPF: **065.746.998-00**

Reconhecido por **ANDRÉ RODRIGO JEREMIAS** Tabelião  
São Paulo - SP - CPF 061.114.210 - OAB 11.5079-1/SP  
Reconhecido por **FLÁVIO DANIEL AGUETONI** e **VIVIANE**  
UF-PEEIDA PORQUEMOS DOS PONTOS, os documentos com valor econômico, de 10.  
São Paulo, 29 de setembro de 2008.  
São Paulo, 29 de setembro de 2008. CPF: 11.028.401.981-08572239/SP/2008.11.0111

RENATO CARLOS DE SOUSA - ESCRITÓRIO AUTORIZADO PARA ATUAR EM  
São Paulo - SP - CPF 061.114.210 - OAB 11.5079-1/SP



**Vampre** 14º Tabelião de Notas de São Paulo  
Rua Antônio de Siqueira, 56 - J. Pinheiro, 13040-000 Atibaia - SP  
Fone: (11) 3065.3300 Fax: (11) 3065.3302 E-mail: vampre@vampre.br




Reconhecido por Beneficiária a(s) firma(s):  
**GESNER JOSE DE OLIVEIRA FILHO, RUI DE BRITO ALVARES AFFONSO**  
São Paulo, 29 de setembro de 2008. C. Ins: 46738238.14:56:01h

Cada reconhecimento de firma: R\$4,50

1047AA346963

14º TABELIÃO - VAMPRE  
**ISCO BARRETO FILHO**  
Escrivão Autorizado  
São Paulo - Capital



<p>DATA</p> <p><b>JUNTA COMERCIAL</b></p> <p><b>PROTOCOLO</b></p> <p>★ 29 SET 2008 ★</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC Secretaria da Fazenda</p> <p>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO Rua Barra Funda, 930 - CEP 01152-000</p> <p>SR. USUÁRIO, SE O DOCUMENTO NÃO FOR RETIRADO NO PRAZO DE 60(SESSENTA DIAS), SERÁ FRAGMENTADO.</p> <p>_____ NOME EMPRESARIAL</p> <p>_____ COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO</p> <p>_____ CNPJ</p>	<p></p> <p>JUCESP PROTOCOLO</p> <p><b>0.777.477/08-7</b></p> <p></p> <p>USO EXCLUSIVO</p>
<p>ATOS (ESPECIFICAÇÃO DO PEDIDO):</p> <p>Debenture Escritura;</p>		<p>Controle Internet</p> <p><b>003071819-8</b></p> <p></p>